



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003571-88.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos**
 Requerente: **Emerson Fonseca**
 Requerido: **Micro São Carlos Edições Culturais Ltda - Epp**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Dispensado o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso.

Saliento que as partes não poderão alegar cerceamento de defesa pois, instadas a especificar provas, silenciaram.

O STJ entende que "quando a parte permanece em silêncio diante do despacho que comandou a especificação de provas e do pedido de julgamento antecipado da lide, não pode investir contra o julgado por alegada ausência de estágio probatório" (REsp 160.968/DF, Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, 3ªT, j. 23/03/1999)

Trata-se de exegese que decorre de nosso sistema processual preclusivo e do princípio da boa-fé objetiva no processo, em razão da lealdade mínima exigível das partes, já que se a parte, instada a respeito, não requereu a produção de provas, não poderá, em *venire contra factum proprium*, posteriormente alegar cerceamento de defesa porque não aberta a instrução probatória.

No mesmo sentido: REsp 470.709/SP, Rel. Min. CASTRO FILHO, 3ªT, j. 06/04/2004; AgRg no Ag 206.705/DF, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR, 4ªT, j. 03/02/2000.

Indo adiante, a ação é parcialmente procedente.

Não há prova, nem início de prova, da alegação do autor no sentido de que contratou com a ré também o curso de Inglês, desde o início.

Com efeito, o contrato de fls. 12, assinado em 25/05/12, somente faz referência ao curso de Administração.

Dúvida não há de que, posteriormente, a filha do autor começou a cursar Inglês, e de fato frequentou as aulas a partir de 04/07/12, até 06/09/12, fls. 49/50.

Todavia, isso pode mesmo ter acontecido pelas razões descritas em contestação, isto é, resolução amigável das partes no sentido de se alterar o curso.

De outra parte, o autor também não comprovou que a qualidade das aulas era insatisfatória, incompatível com o nível conhecimento de sua filha, ou mesmo que tenha havido, como diz, "enrolação" de parte da ré.

A ré, por sua vez, não comprovou o contrário, quer dizer, que o atraso para o início das aulas foi justificado, ou que houve puro e simples abandono das aulas.

Consideradas tais circunstâncias, não tem o autor o direito à restituição do valor



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

integral, e sim parcial.

Frise-se que o contrato não contém previsão de multa, fls. 12, vez que a expressão "[o contratante] está ciente de que a contratada não fará a devolução dos cheques, ou dinheiro]", deve ser compreendida – pois esse é o seu significado lógico - como a estipulação de que não se devolverá pagamentos feitos relativamente ao que já foi cursado. Isto, tendo em conta o fato de que o texto é dúvido e a interpretação a ser adotada deve favorecer o consumidor, art. 47 do CDC.

Prosseguindo, observamos que é equitativo (art. 6º, Lei nº 9.099/95) e razoável, à luz das provas produzidas, concluir que os serviços foram prestados pela ré pela metade, cabendo-lhe restituir ao autor metade do que foi por este desembolsado.

O recibo de fls. 51, comprovando que a ré aceitou restituir ao autor a multa por este desembolsada por conta do cancelamento da escola de inglês anteriormente frequentada pela filha, não tem influência sobre o julgamento, pois a obrigação foi assumida pela ré por liberalidade, não gerando direito à repetição.

Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a ação e CONDENO a ré MICRO SÃO CARLOS EDIÇÕES CULTURAIS LTDA EPP a pagar ao autor EMERSON FONSECA a quantia de R\$ 1.080,00, com atualização monetária desde 25/05/12 (fls. 22), e juros moratórios desde a citação.

Fica(m) desde já a(s) parte(s) ré(s) intimada(s), com a simples publicação desta no DJE, de que o termo inicial para pagamento voluntário no prazo de 15 dias, nos termos do art. 475-J do CPC, sob pena de incidência da multa de 10% e prosseguimento da execução, corresponderá ao trânsito em julgado da decisão final, independentemente de nova intimação.

P.R.I.

São Carlos, 23 de julho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**